



PORTARIA Nº 385, DE 6 DE JUNHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO que o pensionista JOÃO PAULO LADEIRA DE LIMA E SILVA, beneficiário de pensão civil temporária, cota integral, na qualidade de menor sob guarda do ex-servidor inativo JOÃO FREIRE LADEIRA, completou, na data de 31.5.2017, 21 (vinte e um) anos de idade; CONSIDERANDO o disposto nos autos do Procedimento Administrativo Digital - PAD n.º 8152/2017, resolve:

Art. 1.º EXTINGUIR, a contar de 1.º.06.2017, em virtude de haver completado 21 anos de idade, o benefício de pensão civil temporária, cota integral, concedido à JOÃO PAULO LADEIRA DE LIMA E SILVA, na qualidade de menor sob guarda do ex-servidor inativo deste Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, Sr. JOSÉ FREIRE LADEIRA, conforme Portaria TRE/AM n.º 194/2017 - DOU de 05.04.2017, com fundamento no art. 217, inciso II, alínea b, c/c art. 222, inciso IV, ambos da Lei n.º 8.112, de 11.12.1990 (redação vigente à época do óbito do instituidor).

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. YEDO SIMÕES DE OLIVEIRA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ

ATO Nº 9, DE 31 DE MAIO DE 2017

O Desembargador Antônio Abelardo Benevides Moraes, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, no uso de suas atribuições legais, considerando a decisão proferida nos autos do Processo Administrativo Digital n.º 23.449/2016 (documento PAD n.º 35.464/2017), publicada no Diário da Justiça Eletrônico do TRE/CE, Edição n.º 52, de 17 de março de 2017, página 3 (documento PAD n.º 69.438/2017), resolve:

Aposentar VERA MARIA DE LIMA, CPF n.º 170.648.213-20, Matrícula TRE/CE n.º 12720, ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área de Atividade Judiciária, do Quadro Permanente de servidores da Secretaria deste Tribunal, Classe C, Padrão 13, regido pela Lei n.º 11.416/2006 (alterada pela Lei n.º 13.317/2016), com fundamento no artigo 3.º da Emenda Constitucional n.º 47/2005(1), combinado com o artigo 7.º da Emenda Constitucional n.º 41/2003(2). A interessada perceberá proventos integrais, com paridade plena (todo e qualquer reajuste salarial concedido aos ativos será estendido aos aposentados), revistos na mesma proporção e data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, inclusive quando decorrente de transformação ou reclassificação de cargo ou função, observado igual critério de revisão à pensão decorrente desta aposentadoria. A servidora também fará jus às seguintes vantagens: a) Adicional por Tempo de Serviço (Anuênios), no percentual de 15% (quinze por cento), nos termos do artigo 67 da Lei n.º 8.112/1990(3); b) Adicional por Tempo de Serviço (Anuênios), no percentual de 1% (um por cento), concedido pelo Pleno do TRE ao julgar o Processo n.º 11.122 em 9/5/2003; c) Gratificação de Atividade Judiciária (GAJ), regulamentada pelo artigo 13 da Lei n.º 11.416/2006, alterado pela Lei n.º 13.317/2016; d) Adicional de Qualificação (AQ), no percentual de 7,5% (sete e meio por cento), conforme dispõe o artigo 15, inciso III, da Lei n.º 11.416/2006; e) 2/5 (dois quintos) de FC-5 e 3/5 (três quintos) de FC-4, transformados em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), nos termos do artigo 15, §1.º, da Lei n.º 9.527/1997(4).

Des. ANTÔNIO ABELARDO BENEVIDES MORAES

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO

ATO Nº 59, DE 30 DE MAIO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 18, inciso XIII, do Regimento Interno deste Tribunal e tendo em vista o que consta no Procedimento Administrativo Digital sob o n.º 4818/2017, resolve:

Declarar vago o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe B, Padrão 10, criado pela Lei n.º 10.842/2004, ocupado pelo servidor JOÃO WELLINGTON LEITE BORGES, matrícula n.º 3099063, do Quadro Permanente deste Tribunal, em virtude de sua posse em outro cargo inacumulável, nos termos do art. 33, inciso VIII, da Lei n.º 8.112/90, com efeitos retroativos a 15 de maio de 2017.

Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

PORTARIA Nº 370, DE 6 DE JUNHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais e tendo em vista a Resolução n.º 23.430/2014/TSE, a Instrução Normativa 02/2014/TRE-MA e o PAD n.º 12829/2015, resolve:

Art. 1.º PRORROGAR a cessão do servidor Carlos Augusto do Nascimento Vilanova, Técnico Judiciário, Área Administrativa, do Quadro Permanente deste Tribunal, nos termos do art. 93, inciso "I" da Lei n.º 8.112/90 c/c o art. 2.º do Decreto n.º 4050/2001, para continuar exercendo Função Comissionada junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte, pelo período de 20/12/2016 a 31/05/2017.

Art. 2.º REDISTRIBUIR, com fundamento no art. 37 da Lei n.º 8.112, de 11/12/1990 c/c Resolução n.º 146, de 06/03/2012, do Conselho Nacional de Justiça, o cargo ocupado pelo aludido servidor, de Técnico Judiciário, Área Administrativa, n.º 36, criado pela Lei n.º 10.842, de 20.02.2004, do quadro de pessoal deste Tribunal, em reciprocidade com cargo vago de idêntica denominação, do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2017.

Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

PORTARIA Nº 447, DE 5 DE JUNHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais e tendo em vista a Resolução n.º 23.430/2014/TSE, a Instrução Normativa 02/2014/TRE-MA e o PAD n.º 13407/2016, resolve:

Art. 1.º REDISTRIBUIR, com fundamento no art. 37 da Lei n.º 8.112, de 11/12/1990 c/c Resolução n.º 146, de 06/03/2012, do Conselho Nacional de Justiça, o cargo ocupado pelo servidor RICARDO REGIS RODRIGUES DA SILVA, de Analista Judiciário, Área Judiciária, n.º 28, criado pela Lei n.º 486, de 14.11.1948, do quadro de pessoal deste Tribunal, em reciprocidade com o cargo de idêntica denominação ocupado pelo servidor PAULO HENRIQUE DOS REIS LIMA, do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2017.

Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

PORTARIA Nº 491, DE 5 DE JUNHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO, no uso das atribuições legais e tendo em vista a Resolução n.º 23.430/2014/TSE, a Instrução Normativa 02/2014/TRE-MA e o PAD n.º 4816/2017, resolve:

Art. 1.º REDISTRIBUIR, com fundamento no art. 37 da Lei n.º 8.112, de 11/12/1990 c/c Resolução n.º 146, de 06/03/2012, do Conselho Nacional de Justiça, o cargo ocupado pela servidora DEYVÂNIA ARAUJO DE FIGUEIREDO VARELLA, de Técnico Judiciário, Área Administrativa, n.º 25, criado pela Lei n.º 10.842, de 20.02.2004, do quadro de pessoal deste Tribunal, em reciprocidade com cargo vago de idêntica denominação, do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2017.

Des. RAIMUNDO JOSÉ BARROS DE SOUSA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 97, DE 30 DE MAIO DE 2017

O DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o Procedimento Administrativo n.º 1702773/2017,

Art. 1.º CEDER a servidora REBEKA NÓBREGA DA CUNHA GALLINDO, Analista Judiciário, Área Judiciária, Classe A, Padrão 4, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para exercer Função Comissionada, no Tribunal Regional Federal da 5.ª Região, pelo período de 1 (um) ano, com ônus da remuneração do cargo efetivo para este Órgão, nos termos do art. 93, inciso I, da Lei n.º 8.112/90, condicionada a sua permanência à continuidade da remoção por permuta.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. DOMINGOS COELHO

ATO Nº 53, DE 6 DE JUNHO DE 2017

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições e tendo em vista o Processo n.º 1705327/2017, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária proporcional, por tempo de contribuição, a CÉLIA MIRANDA MENDES FERREIRA DE MELO, servidora do Quadro de Pessoal deste Tribunal, ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe C, Padrão 13, lotada na 202ª Zona Eleitoral de Pará de Minas, em cargo criado pela Lei n.º 6.082/1974, com fundamento no art. 40, §1.º, III, b, da Constituição Federal de 1988, na redação dada pelas ECs n.ºs 20/98 e 41/2003, c/c Lei n.º 10.887/2004, na redação da Lei n.º 11.784/2008, sem prejuízo da percepção das parcelas incorporadas, nos termos da Lei n.º 8.911/94 c/c Resolução n.º 14.910/94/TSE e da MP n.º 2.225-45/2001.

Des. DOMINGOS COELHO

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

PORTARIA Nº 16.865, DE 1º DE JUNHO DE 2017

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico n.º 0004933-24.2017.6.14.8052, resolve:

Art. 1.º DESIGNAR o servidor requisitado EDVALDO SILAS FARIAS CARDOSO, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 52ª Zona Eleitoral, sediada no município de Augusto Correa, com fundamento no § 2.º do art. 4.º da Resolução TSE n.º 23.448/2015.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

PORTARIA Nº 16.866, DE 1º DE JUNHO DE 2017

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do contido no Processo Administrativo Eletrônico n.º 0005703-57.2017.6.14.8071, resolve:

Art. 1.º DISPENSAR a servidora requisitada PAULA DAYANE MEDEIROS DA SILVA da Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 71ª Zona Eleitoral, sediada no município de Irituia, com fulcro no art. 35, I, da Lei n.º 8.112/1990.

Art. 2.º DESIGNAR o servidor requisitado BENTO VITÓRIO DOS REIS FILHO, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 71ª Zona Eleitoral, sediada no município de Irituia, com fundamento no § 2.º do art. 4.º da Resolução TSE n.º 23.448/2015.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

PORTARIA Nº 16.879, DE 6 DE JUNHO DE 2017

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, resolve:

Art. 1.º EXONERAR o servidor SANDRO GONÇALVES BORGES, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, do Cargo em Comissão de Secretário de Gestão de Pessoas, nível CJ-3, com fulcro no art. 35, I, da Lei n.º 8.112/1990.

Art. 2.º NOMEAR o servidor WALBER JOAQUIM DOS REMÉDIOS, Analista Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer o Cargo em Comissão de Secretário de Gestão de Pessoas, nível CJ-3, com fulcro no art. 9.º, II, da Lei n.º 8.112/1990.

Art. 3.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

PORTARIA Nº 16.883, DE 7 DE JUNHO DE 2017

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista do despacho exarado no Processo Administrativo Eletrônico n.º 0005879-55.2017.6.14.8000, resolve:

Art. 1.º EXONERAR, a pedido, o servidor FRANCISCO VALENTIM MAIA, Analista Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, do Cargo em Comissão de Diretor-Geral, nível CJ-4, com fulcro no art. 35, II, da Lei n.º 8.112/1990.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

PORTARIA Nº 16.884, DE 7 DE JUNHO DE 2017

PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e à vista da decisão exarada no Processo Administrativo Eletrônico n.º 0003952-20.2017.6.14.8076, resolve:

Art. 1.º DISPENSAR a servidora requisitada ANA SILVIA ANDRADE MORAES, da Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 76ª Zona Eleitoral - Belém, com fulcro no art. 35, I, da Lei n.º 8.112/1990.

Art. 2.º DISPENSAR o servidor JOÃO CARLOS FONSECA MARTINS, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, da Função Comissionada de Assistente II, nível FC-2, da Secretaria de Administração, com fulcro no art. 35, I, da Lei n.º 8.112/1990.

Art. 3.º DESIGNAR o servidor MÁRCIO ROGÉRIO MOREIRA RODRIGUES, Analista Judiciário da Área Judiciária do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente II, nível FC-2, da Secretaria de Administração, com fulcro nas Leis n.ºs 8.112/1990 e 11.416/2006.

Art. 4.º DESIGNAR o servidor JOÃO CARLOS FONSECA MARTINS, Técnico Judiciário da Área Administrativa do Quadro de Pessoal Permanente deste Tribunal, para exercer a Função Comissionada de Assistente I, nível FC-1, da 76ª Zona Eleitoral - Belém, com fulcro na Lei n.º 13.150/2015, art. 4.º, § 1.º, da Resolução TSE n.º 23.448/2015, e art. 25 da Resolução TRE/PA n.º 3.771/2005.

Art. 5.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO